

Origem e consolidação da gramática tradicional: historiografia de uma tradição discursiva



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Gonçalo Fernandes (UTAD)
- Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
- Ronaldo Batista (UPM)

AVALIADO POR

- Ricardo Cavaliere (UFF)
- Marli Quadros Leite (USP)

SOBRE OS AUTORES

- Thiago Zilio-Passerini
Conceptualização, Investigação, Metodologia, Curadoria de Dados, Análise Formal, Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição, Visualização.
- Dieli Vesaro Palma
Administração do Projeto, Supervisão, Escrita – análise e edição, Validação.

DATAS

- Recebido: 15/09/2021
- Aceito: 05/10/2021
- Publicado: 07/12/2021

COMO CITAR

Zilio-Passerini, T.; Palma, D. V. (2021). Origem e consolidação da gramática tradicional: historiografia de uma tradição discursiva. *Revista da Abralín*, v. 20, n. 3, p. 647-671, 2021.

Thiago ZILIO-PASSERINI

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Dieli Vesaro PALMA

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

RESUMO

O presente artigo tem por tema a origem e consolidação da gramática tradicional, em uma abordagem inovadora, que promove um diálogo entre a Historiografia Linguística e as Tradições Discursivas. O seu objetivo é apresentar reflexões acerca da possibilidade de situá-la temporalmente como uma tradição discursiva, considerando a sua consolidação ao longo dos séculos, desde seu surgimento na Grécia helenística. Para tanto, partiu-se dos postulados de duas áreas fundamentalmente históricas: a Historiografia Linguística (Koerner, 1996, 2014; Swiggers, 2012, 2019) e as Tradições Discursivas (Kabatek, 2005, 2015; Koch, 2008; Barbosa, 2012; Andrade e Gomes, 2018). Com relação à metodologia, seguiram-se os princípios de Koerner (1996; 2014) e Swiggers (2012; 2019). O *corpus* selecionado para análise é composto pelas seguintes gramáticas: a *Téchne grammatiké*, de Dionísio Trácio, possivelmente do século II-I a.C., e a *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros, que veio a lume no século XVI d.C. O exame empreendido das obras, com base nas categorias de análise definidas, aponta para a possibilidade de se considerar a gramática tradicional como uma tradição discursiva, que se mantém no curso da história do pensamento sobre a linguagem.

RESUMEN

Este artículo tiene como tema el origen y la consolidación de la gramática tradicional, en un enfoque innovador, que promueve un diálogo entre la Historiografía Lingüística y las Tradiciones Discursivas. El objetivo es presentar reflexiones sobre la posibilidad de ubicarla temporalmente como una tradición discursiva, considerando su consolidación a lo largo de los siglos, desde su aparición en la Grecia helenística. Para ello, partimos de los postulados de dos áreas fundamentalmente históricas: la Historiografía Lingüística (Koerner, 1996, 2014; Swiggers, 2012, 2019) y las Tradiciones Discursivas (Kabatek, 2005, 2015; Koch, 2008; Barbosa, 2012; Andrade y Gomes, 2018). La metodología se basó en los principios de Koerner (1996; 2014) y Swiggers (2012; 2019). El corpus seleccionado se compone de las siguientes gramáticas: la *Téchne grammatiké*, de Dionisio de Tracia, posiblemente del siglo II-I a.C., y la *Grammatica de la lengua portuguesa*, de João de Barros, publicada en el siglo XVI. d.C. El examen de las obras, a partir de las categorías de análisis definidas, señala la posibilidad de considerar la gramática tradicional como una tradición discursiva, que permanece en el curso de la historia del pensamiento sobre el lenguaje.

PALAVRAS-CHAVE

Gramática tradicional. Historiografía lingüística. Tradição discursiva.

PALABRAS CLAVE

Gramática tradicional. Historiografía Lingüística. Tradiciones Discursivas.

Introdução

“Que ninguém, pois, desdenhe os princípios da Gramática como de pouco valor, não porque seja coisa difícil distinguir consoantes de vogais [...], mas porque, aos que penetram, por assim dizer, no interior desse santuário, ela revelará muitas sutilezas”¹. Essas palavras, ditas por Quintiliano em sua *Institutio oratoria*, traduzem bem o pensamento do retor em relação à gramática, vista como um ‘santuário’, cujo interior encerra ‘sutilezas’ reservadas àqueles que são capazes de penetrar-lhe o mistério.

Ainda hoje, há quem a considere hermética e, em certa medida, iniciática. A gramática tem ‘discípulos’ e ‘mestres’ capazes de compreender suas regras e prescrições, como se o seu entendimento fosse uma dádiva destinada a poucos. Neste trabalho, porém, não se tenciona discorrer sobre a

¹ Tradução de Pereira (2006).

formação dessa imagem ‘mística’, tampouco investigar as razões pelas quais ela ainda mantém tais características no imaginário comum. Seu objetivo é apresentar reflexões acerca da possibilidade de situá-la temporalmente como uma tradição discursiva, considerando a sua consolidação ao longo dos séculos, desde seu surgimento na Grécia helenística.

Para tanto, mobilizam-se os conhecimentos advindos de duas áreas fundamentalmente históricas: a Historiografia Linguística e as Tradições Discursivas. Com relação à primeira, utilizaram-se os postulados de Koerner (1996; 2014) e Swiggers (2012; 2019). No que concerne à segunda, partiu-se das contribuições de Kabatek (2005; 2012; 2015), Koch (2008), Barbosa (2012), Andrade e Gomes (2018). Quanto à metodologia, seguiram-se os princípios de Koerner (1996; 2014) e Swiggers (2012; 2019).

O *corpus* é constituído de duas gramáticas, produzidas em diferentes momentos. A primeira é a *Téchne grammatiké*, de Dionísio, o Trácio, escrita entre os séculos II e I a C. A segunda é a *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros, que veio a lume em 1540. Escolhidas as fontes e lidos atentiosamente os textos, foram definidas as seguintes categorias de análise: o conceito de gramática de cada autor; a estrutura de cada obra e a terminologia empregada.

A seleção dessas obras é uma forma de mostrar que, apesar do lapso temporal existente entre elas, a gramática tradicional manteve algumas de suas características. Essas continuidades sinalizam, neste primeiro momento, a possível constituição de uma tradição discursiva, ou seja, de um modelo textual de características bem definidas – não necessariamente imutáveis – que se consolidou na história do pensamento linguístico.

O presente artigo está dividido em sete partes, além desta introdução. Inicialmente, faz-se uma breve distinção do conceito de gramática tradicional aqui utilizado. Em seguida, trata-se da Historiografia Linguística e das Tradições Discursivas, propondo, posteriormente, um diálogo entre ambos os campos. Na sequência, procede-se à análise com base nas categorias elencadas e, por fim, apresentam-se as conclusões, seguidas das referências.

1. Gramática tradicional: formulação de um conceito

Antes de abordar a gramática tradicional, vale ressaltar que o termo *gramática* é polissêmico e, em grande medida, controverso. Com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, houve uma ampliação do conceito e, hoje, é ponto pacífico entre os estudiosos a existência de diversas concepções de gramática. De acordo com Martelotta (2013 [2008], p. 44), distinguem-se, a princípio, dois sentidos principais:

Por um lado, esse vocábulo pode ser usado para designar o funcionamento da própria língua, que é objeto a ser descrito pelo cientista. Nesse sentido, a gramática diz respeito ao conjunto e à natureza dos elementos que compõem uma língua e às restrições que comandam sua união para formar unidades maiores nos contextos reais de uso. Por outro lado, o termo é utilizado para designar os estudos que buscam descrever a natureza desses elementos e suas restrições de combinação. Nesse segundo sentido, “gramática” se refere aos modelos teóricos criados pelos cientistas a fim de explicar o funcionamento da língua [...]

Quando se alude aos diferentes tipos de gramática – por exemplo, a histórico-comparativa, a descritiva, a gerativa, a cognitivo-funcional (Cf. CAVALIERE, 2000; MARTELOTTA, 2013 [2008]) –, toma-se a segunda acepção mencionada. No entanto, não serão pormenorizadas todas as classificações, uma vez que, neste estudo, o foco recai sobre a chamada gramática tradicional.

Segundo Vieira (2020), o termo em questão também apresenta inúmeros significados que se movimentam, *grosso modo*, em torno de dois eixos: o da norma-padrão e o da análise metalinguística. No primeiro eixo, a gramática tradicional é muitas vezes entendida como prescritiva ou normativa², ou seja, situa-se no campo da correção da fala e da escrita, baseando-se na dicotomia “certo/errado”. Já no segundo eixo, ela corresponde à descrição e à explicação de estruturas, baseadas em conceitos e nomenclatura específicos. Entretanto, ainda conforme o pesquisador, “esses eixos não são estanques; mas se articulam como duas engrenagens na composição da GT” (VIEIRA, 2020, p. 89).

Perscrutando as origens dessa gramática, vale lembrar que, desde seu surgimento, havia o escopo de “estabelecer as regras, consideradas as melhores, para a língua escrita, com base no uso que dela faziam aqueles que a sociedade considerava e considera os seus mais ‘bem-acabados’ usuários, os chamados ‘grandes escritores’, tanto poetas, quanto prosadores” (MATTOS E SILVA, 1989, p. 12). Ademais, no contexto grego, a língua considerada modelar distava consideravelmente daquela falada pelo povo, até mesmo pelas pessoas de maior instrução, sobretudo porque se apoiava em textos bastante recuados no tempo, como os homéricos.

Quanto aos objetivos da gramática tradicional, eles também se modificaram no curso da história. Se inicialmente ela se propunha apenas a registrar um modelo de língua escrita, posteriormente passou a (tentar) regular a língua falada. Nas palavras de Possenti (2014 [2011], p. 22), ainda hoje existe o intento de legislar “ [...] sobre o que se pode dizer ou não, o que afeta basicamente o cotidiano dos cidadãos que desejam alguma posição de destaque na sociedade, porque se considera que a ‘correção’ de sua linguagem funciona como um cartão de visitas”.

Acerca das mudanças, Vieira (2020) afirma que essa gramática não permaneceu estanque ao longo de seus mais de dois mil anos de existência. Para o autor, apesar de muitas obras apresentarem “traços em comum” que as vinculam entre si e as põem no conjunto dos instrumentos linguísticos apontados como gramáticas tradicionais, são bastante diferentes, inclusive em filiações ou tendências teóricas”. E é justamente nesses traços comuns que o presente trabalho se baseia, no sentido de conferirem características de tradição discursiva à gramática tradicional.

Embora seja alvo de inúmeras críticas, é necessário esclarecer que a gramática tradicional representou, em sua origem, a síntese dos esforços de inúmeros estudiosos de gerações anteriores. Como se verá mais adiante, o seu surgimento figura como o corolário do pensamento

² No contexto brasileiro, pesquisadores como Cavaliere (2000) consideram que a gramática tradicional deve ser entendida não apenas no âmbito do ensino, mas também da pesquisa sobre o português. Por essa razão, seria mais apropriado classificá-la como descritivo-normativa, pois “seus estatutos não se limitam a prescrever regras sem apoio teórico, inspiradas na mera arbitrariedade”. Em outras palavras, ela não se encerra em sua normatividade e promove também uma descrição, ainda que esta última se baseie em uma seleção dos fatos a serem descritos, o que implica a existência de uma norma.

grego, que parte de investigações acerca da linguagem e chega à língua propriamente dita. Mais especificamente,

[...] o processo de instituição da disciplina gramatical representou uma caminhada através da qual os fatos foram sendo isolados, expostos e classificados. Ele mostra por trás de si, dando-lhe base e condições, o desenvolvimento de um pensamento teórico pelo qual a linguagem – e, afinal, a língua – se faz objeto de estudo (NEVES, 2005 [1987], p. 14).

Esse processo foi seminal para que a gramática tradicional se constituísse, nos dizeres de Vieira (2020), como uma teoria linguística. Conforme assinala o autor, ela pode ser assim compreendida em virtude de apresentar algumas diretrizes epistemológicas, resumidas da seguinte forma: a construção e o ensino de um padrão idealizado com base em critérios de correção; a visão de língua que desconsidera a variação e a diversidade; a preferência por uma escrita literária recuada no tempo; a escolha da oração como unidade máxima de análise, e, por fim, o uso de um aparato teórico proveniente da filosofia grega.

Uma vez apresentadas essas breves considerações acerca do termo em questão, passa-se à discussão dos princípios teórico-metodológicos concernentes à Historiografia Linguística, que servem de base para análise aqui empreendida.

2. Historiografia Linguística: reflexões sobre o conhecimento linguístico

Neste tópico, focalizam-se, com base nos trabalhos de Koerner (1996; 2014), o conceito de Historiografia Linguística e os princípios metodológicos que orientam a análise do *corpus*. Complementam-se as questões metodológicas com o trabalho de Swiggers (2012; 2019) e finaliza-se destacando a necessidade de estudos interdisciplinares para ampliar e aprofundar a pesquisa historiográfica.

A Historiografia da Linguística ou Historiografia Linguística³, entendida como “um modo de escrever a história do estudo da linguagem baseada em princípios” (KOERNER, 1996, p. 45) é apresentada pelo autor como recente. Nesse artigo, ele discorre sobre os estudos historiográficos desenvolvidos em campos fora da Linguística e da sua história. Além disso, aborda o modo como a pesquisa em história das ciências da linguagem deve ser realizada e retoma propostas anteriormente desenvolvidas.

Em 2014, Koerner revisita esse trabalho, reafirmando a história recente dessa disciplina e retomando considerações em relação ao seu conceito, que são assim apresentadas:

Assim, *historiografia da linguística* – ou ‘historiografia linguística’, como se tornou amplamente mais empregue – é mais do que um termo para descrever a atividade de ‘escrever a História’, embora, com

³ Ao longo deste texto, usa-se a abreviação HL, quando se faz referência à Historiografia Linguística.

certeza tenha relação com ela. O seu resultado é, com certeza, História, isto é, o discurso sobre o passado tal como foi produzido pelo historiador, distinto da 'História', no sentido de 'factos do passado' (KOERNER, 2014, p. 45).

Considera-se relevante introduzir a posição de Altman (2019, p.42), em relação ao conceito de HL, pois ela torna-o mais objetivo e mais preciso. Nesse sentido, a autora afirma que a HL é “uma disciplina de vocação científica que tem como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo”. Ela complementa essa conceituação, destacando que o trabalho do historiógrafo deve focalizar tanto a dimensão interna da disciplina, aquela voltada para a dimensão cognitiva do desenvolvimento disciplinar, quanto a dimensão externa, aquela voltada para o social. Ademais, aponta que esse trabalho pressupõe duas tarefas: a de reconstrução dos fatos, que são a base de reconstrução de seu sistema de referências e a de seleção e interpretação da forma como os problemas linguísticos constituíram-se, formularam-se e reformularam-se ao longo da história. Portanto, o fazer historiográfico é “uma atividade fundada em princípios bem definidos”. Essa é a posição assumida, em relação ao conceito de HL, neste trabalho.

Koerner (2014, p. 58) também retoma a importância dos princípios. É importante lembrar que eles foram objeto de discussão no trabalho de 1996. O teórico adverte que a adoção dos três princípios seria uma solução para se evitarem os abusos da linguagem técnica por parte do pesquisador, mas ressalva que, ultrapassando a questão da metalinguagem, eles deveriam ter uma aplicação muito mais ampla no labor historiográfico. Os princípios propostos, como elementos que balizam o rigor metodológico da investigação, são três: princípio da contextualização, da imanência e da adequação teórica.

O **princípio da contextualização** objetiva recriar o espírito de época ou clima de opinião do momento em que o documento a ser analisado foi produzido. Ele busca apresentar as teorias linguísticas em circulação no período em estudo, mas essa recriação deve ser complementada pelas ideias presentes na política, na economia, nas artes, nas demais ciências, ou seja, em todos os campos de conhecimento presentes na sociedade, que, sem dúvida, influenciaram as teorias linguísticas daquele momento. Embora Koerner saliente a relevância desse princípio para o estudo de períodos mais antigos (2014, p.58), faz-se necessário mencionar que ele também é necessário quando se estudam documentos produzidos em momentos mais recentes.

O **princípio da imanência** pressupõe, da parte do investigador, leituras muito atentas e profundas do documento em estudo, a fim de que ele possa extrair as categorias de análise do próprio objeto. Em outras palavras, nas investigações historiográficas, o pesquisador não pode examinar o documento com categorias previamente definidas, nem com base em teorias vigentes no momento em que realiza a análise, pois, com esse procedimento, corre-se o risco de comprometer o caráter historiográfico de sua pesquisa. As categorias de análise propostas neste trabalho resultam tanto da leitura do ponto de vista histórico, quanto do ponto de vista crítico.

O **princípio da adequação** diz respeito a possíveis aproximações que o autor do estudo pode fazer com teorias atuais, introduzindo vocabulário técnico delas, visando a ampliar a qualidade da

análise. Esse princípio deve ser aplicado sempre com muita cautela, depois que a análise do documento tenha passado pelos dois princípios anteriores.

Quanto à formação do historiógrafo, Koerner (2014) aconselha que o pesquisador deve dominar conhecimentos que vão além “do esboço da transmissão da teoria e da prática linguística e de suas mudanças através do tempo”. Metodologicamente, o estudioso deve questionar-se sobre o que outros campos da pesquisa histórica, já reconhecidos, podem lhe oferecer, tendo, porém, sempre em mente que “o seu objeto de estudo, isto é, as ideias sobre a linguagem e propostas para sua descrição e explicação, deve impor um tratamento particular ao investigador (KOERNER, 2014, p.49). Foi seguindo esse conselho que, nesta investigação historiográfica, se introduziu a tradição discursiva, que dá possibilidades de mostrar que a gramática mantém sua identidade ao longo dos séculos, pela manutenção de alguns de seus elementos composicionais e discursivos.

O autor, ao finalizar o capítulo, explicita o objetivo pretendido com as seguintes observações:

Mais do que estabelecer um método que possa ser aplicado rigorosamente a todas as situações com as quais o historiador pode vir a ser confrontado, o meu objetivo é muito mais modesto: o estabelecimento de uma lista de princípios práticos e teóricos que sejam suficientemente amplos para encontrar larga aceitação entre os historiógrafos da linguística, porque podem ser adaptados a períodos diferentes da história das ciências da linguagem e a aspectos particulares de investigação, sendo, no entanto, diretrizes que podem tornar a nossa interpretação do passado mais transparente para colegas que não compartilhem necessariamente da mesma formação, perícia e interesse (KOERNER, 2014, p.63).

Certamente, os princípios propostos por Koerner possibilitam atingir o objetivo deste trabalho, que é apresentar reflexões sobre a origem e a consolidação da gramática tradicional, a fim de situá-la temporalmente como uma tradição discursiva, desde seu surgimento na Grécia helenística, analisando duas gramáticas produzidas em diferentes momentos históricos. Na sequência, discutem-se a proposta metodológica de Swiggers (2012; 2019) e suas contribuições para atingirmos o objetivo desta investigação.

Em trabalho de 2019, Swiggers também retoma temas já discutidos em publicações anteriores. Partindo de uma retrospectiva histórica, aborda as fases iniciais de surgimento da HL, apoiando-se em reflexões desenvolvidas por Koerner. Para traçar esse percurso, faz referência a várias revistas, voltadas para o estudo da história do pensamento linguístico e publicadas a partir de 1974, bem como a uma série de conferências internacionais sobre a história da linguística, tendo a primeira ocorrido em 1978.

Após apresentar esse contexto inicial, Swiggers introduz o conceito de HL, que assim se apresenta:

Historiografia Linguística ou Historiografia da Linguística pode ser definida como a atividade, *cientificamente fundamentada*, de escrever a história do estudo sobre a linguagem (SWIGGERS, 2019, p. 47, grifo do autor)

Vê-se, dessa forma, que, no seu entendimento, a HL é apenas uma atividade, posição que restringe significativamente a sua abrangência, quando comparada à de Altman. Na sequência, ele esclarece os termos ‘cientificamente fundamentada’ e ‘escrever’. Sobre o primeiro, afirma que se refere às pré-condições que o historiógrafo deve cumprir. Segundo o autor, elas se referem: às

competências necessárias para lidar com os temas em estudo; às competências relacionadas à acessibilidade de fontes primárias e secundárias e às inúmeras restrições inerentes à concepção do estudioso sobre a ciência moderna. Essas restrições seriam: consistência interna dos procedimentos aplicados; confiabilidade, representatividade e respeito pelos dados de entrada; controlabilidade da trajetória da pesquisa e seus resultados e coerência da narração expositiva.

No que diz respeito ao **escrever**, o teórico refere-se à elaboração do relato histórico, que pode ser apresentado por meio de um texto escrito ou por outras formas de comunicação. Quanto ao termo **história**, ele dá destaque “ao eixo temporal de ‘eventos’ ou estados de coisas passados” (p. 47), englobando agentes, receptores e mediadores, produtos, circuitos, rotinas e contextos, caracterizados pela presença de conhecimentos linguísticos. Esse eixo estende-se até o presente e pode ser estudado pelo historiógrafo de três maneiras: a) de modo global (ao longo do tempo e do espaço), ou parcial e pontualmente; b) retrospectivamente, buscando saber como surgiu uma configuração particular de conhecimento linguístico, ou prospectivamente, buscando saber o que ocorreu com um tipo particular de conhecimento linguístico, depois que ele foi moldado e c) com foco nos “eventos” ocorridos ou com foco em fatores decisivos ou coexistentes.

Neste trabalho, é feito um relato histórico escrito de fatos do passado, englobando agentes, receptores, produtos e contextos, caracterizados pela presença de conhecimentos linguísticos, focalizados prospectivamente.

Do ponto de vista metodológico, consideram-se as orientações de Swiggers (2012) quanto às quatro fases do fazer historiográfico: a heurística, a análise argumentativa, a síntese histórico-comparativa e a hermenêutica historicamente fundamentada do conhecimento.

Assim, na análise do *corpus* selecionado, apoiado em Swiggers (2012), o estudioso parte de uma **fase heurística** e chega a uma **hermenêutica**. Sendo o objetivo do trabalho verificar se as obras sob análise apresentam continuidades ou rupturas em sua estrutura, em relação ao conceito de gramática, à sua estrutura e à terminologia empregada, são selecionadas partes do texto que expressam o ponto de vista dos autores dessas gramáticas, a fim de serem confrontados, tendo como base a tradição discursiva. Em seguida, é feita uma análise detalhada desse *corpus* e busca-se explicitar a continuidade e a ruptura, visando a atingir o objetivo proposto.

Uma vez apresentados os princípios teórico-metodológicos que ordenam a presente pesquisa, discute-se, na sequência, a base teórica que fundamenta os estudos no campo das Tradições Discursivas.

3. Tradições Discursivas: um olhar para a historicidade dos textos

No fim dos anos 1960, Eugenio Coseriu passa a discutir a necessidade de uma “linguística integral”. De acordo com Kabatek (2015, p.23, tradução nossa), o pesquisador romeno propõe, na ocasião, uma

linguística “com profunda base histórica, que assume a história da linguística e da filosofia da linguagem e que não reinventa a roda, nem nega a bibliografia que tenha mais de dez anos de idade”⁴.

Essa visão histórica, ainda conforme Kabatek (2015, p.27, tradução nossa), é uma superação do pensamento de Saussure, segundo o qual “a língua, para o falante é a-histórica e há que se deixar de pensar no passado para poder fazer análises linguísticas adequadas”⁵. Em contrapartida, Coseriu “postula a historicidade como um dos princípios universais da linguagem”⁶. Observe-se, aqui, a alusão ao conceito de historicidade, tão caro aos estudos ora abordados.

Acerca do termo, é necessário esclarecer que o próprio Coseriu o definiu de modo tripartido. Em outras palavras, a historicidade se manifesta das seguintes formas: a historicidade linguística *stricto sensu*, ou seja, da língua propriamente dita; a historicidade como tradição, referente à recorrência de determinadas formas textuais e a historicidade no sentido genérico de pertencimento histórico de determinada língua (KABATEK, 2004, p.161-162).

Das três formas postuladas por Coseriu, destaca-se a segunda, concernente à recorrência de determinadas formas textuais. Sobre ela, Kabatek (2015, p. 30-31) assim se pronuncia:

[...] uma historicidade na qual, de algum modo, a língua é instrumento, como o violino, uma historicidade da qual nos servimos e que, por sua vez, influencia a seleção dos elementos linguísticos [...] A segunda historicidade, a dos textos e discursos, não é imediatamente ligada à língua: pode haver tradições dentro de uma língua e tradições mais além de uma língua particular⁷.

Além disso, é necessário esclarecer que essa segunda historicidade não deve se confundir com aquela ligada à língua propriamente dita. Nesse sentido, Koch (2008, p.55, tradução nossa) faz uma relevante diferenciação:

[...] os grupos constitutivos das tradições discursivas são grupos profissionais ou religiosos, correntes literárias, movimentos políticos etc; os grupos constitutivos das línguas históricas são comunidades linguísticas [...] Há uma diferença importante entre os dois: as línguas históricas (ou suas variedades)

⁴ No original: “[...] con profunda base histórica, que asume la historia de la lingüística y de la filosofía del lenguaje y no inventa la rueda de nuevo ni niega aquella bibliografía que tenga más de diez años de edad”.

⁵ No original, “[...] la lengua para el hablante es ahistórica y que hay que dejar de pensar en el pasado para poder hacer análisis lingüísticos adecuados”.

⁶ No original: “[...] postula la historicidad como uno de los principios universales del lenguaje”.

⁷ No original: “[...] una historicidad en la que de algún modo la lengua es instrumento como el violín, una historicidad de la que nos servimos y que a su vez influye sobre la selección de los elementos lingüísticos [...]. La segunda historicidad, la de los textos y discursos, es una historicidad no inmediatamente ligada a la lengua: puede haber tradiciones por dentro de una lengua y tradiciones que vayan más allá de la lengua particular”.

definem os grupos (ou seja, as comunidades linguísticas), ao passo que são os grupos (profissionais, religiosos, literários etc.) que definem as tradições discursivas⁸.

Essa distinção é fundamental, sobretudo por aludir à capacidade de os grupos sociais definirem as tradições discursivas. Antes de explicá-las, é necessário ressaltar que a linguagem verbal ocupa lugar de destaque na sociedade, como bem lembram Andrade e Gomes (2017). Não por acaso, Aristóteles, em sua *Política*, já considerava o *logos*, faculdade exclusiva dos seres humanos, um elemento essencial à vida na cidade, uma vez que, por meio dele, o homem é capaz de “perceber o bom e o mau, o justo e o injusto, bem como outros valores similares⁹” (ARISTÓTELES, 1989, 1252a, tradução nossa).

Se o convívio social demanda interação, o discurso constrói socialmente o sentido daquilo que se diz. Nas palavras de Maingueneau (2017 [2015], p. 29), ele é “continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção de sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis”. E aqui é possível entender a menção de Koch (2008) aos grupos sociais e, conseqüentemente, aos diferentes discursos deles provenientes.

Desse modo, é lícito dizer que os diferentes discursos, materializados sob a forma de textos orais ou escritos, partem, muitas vezes, de alguns modelos constituídos historicamente. E neste momento, chega-se ao conceito de tradição discursiva. A fim de melhor explicitá-lo, recorre-se a Andrade e Gomes (2017, p. 30, grifo das autoras):

[...] podemos dizer que toda produção textual requer o conhecimento, por parte dos usuários da língua, de modelos de realizações discursivas (orais ou escritas) anteriormente produzidos pela sociedade, denominados *Tradições Discursivas*. Tais modelos revelam a recorrência a certas fórmulas, atos de fala, estilos, que estabelecem, na construção de um texto ou discurso, uma relação entre o momento atual e a tradição.

Uma vez apresentada a definição, podem surgir algumas dúvidas acerca da relação entre tradição discursiva¹⁰ e gênero textual. Entendido este último como prática social e textual-discursiva¹¹, seria lícito pensar que, genericamente, ele equivaleria ao conceito aqui apresentado. Contudo, Kabatek (2012, p. 586-587, grifo nosso) é enfático ao estabelecer a diferença entre ambos:

O potencial enorme do termo TD vai assim muito mais longe do que a descrição concreta de uma forma determinada de tradição textual. Trata-se de descobrir toda a amplitude dos elementos tradicionais

⁸ “[...] los grupos constitutivos de las tradiciones discursivas son grupos profesionales o religiosos, corrientes literarias, movimientos políticos, etc; los grupos constitutivos de las lenguas históricas son comunidades lingüísticas [...] Hay una diferencia importante entre los dos: las lenguas históricas (o sus variedades) definen a los grupos (es decir las comunidades lingüísticas), mientras que son los grupos (profesionales, religiosos, literarios, etc.) que definen a las tradiciones discursivas”.

⁹ No original: “ [...] το καλό και το κακό, το δίκαιο και το άδικο και τις άλλες παρόμοιες αξίες”.

¹⁰ Doravante TD e TDs, quando no plural.

¹¹ Tal como o define Marcuschi (2014 [2008]).

nos textos e de ter em conta essa tradicionalidade em todas as questões de descrição linguística, também em questões de gramática e de pragmática. Por isso, as consequências são muito mais amplas do que as consequências da questão do gênero, salvo se o termo gênero é usado de maneira tão ampla como o proposto aqui para as TDs, o que estaria em contradição com a tradição desse termo. Para todas as concepções mais limitadas de gênero, podemos afirmar: todos os gêneros são tradições discursivas, mas nem todas as tradições discursivas são gêneros.

Ainda sobre a impossibilidade de equiparação entre os termos, Barbosa (2012) oferece um claro exemplo: no contexto brasileiro, alguns gêneros – como a écloga – não se tornaram TDs. Segundo o autor, ela não “formou uma consciência histórica na cabeça de nenhum grupo na sociedade brasileira”. Essa consciência histórica, por sua vez, deve ser entendida em sentido mais amplo, pois se relaciona, em grande medida, com as chamadas habituações. Nas palavras de Barbosa (2012, p. 592, grifos do autor),

Sabemos que as TDs vêm referidas como *modos de dizer* recorrentes, *habituações* praticadas no plano do discurso, que seriam muito mais que *estáveis* historicamente: seriam abstrações, no plano histórico, que identificam modelos culturais motivados na experiência cultural com determinados discursos, **orais** ou **escritos**, que permanecem claros na consciência dos membros de uma comunidade e lhes podem moldar certas atitudes discursivas.

Como se vê, não basta apenas pensar na TD como um modelo historicamente estável. Ele deve ser entendido no plano das abstrações. Por essa razão, nem todos os gêneros se tornam, em determinada sociedade, TDs. Partindo dessa premissa, a gramática tradicional pode ser considerada presente nessa “consciência coletiva”, uma vez que é identificada como tal pelos membros de diversas comunidades.

Isso posto, é necessário delimitar os traços que permitem distinguir uma TD. Para tanto, apresentam-se as considerações de Andrade e Gomes (2017, p. 32), com base em Jacob (2011):

Jacob (2011) apresenta, em dois grupos, alguns níveis que estabelecem tradições: o primeiro consiste nos fatores condicionantes como o contexto histórico, o marco institucional, a finalidade pragmática, o meio e a forma de transmissão; o segundo corresponde aos traços composicionais, tais como: tamanho do texto, língua escolhida, conteúdo, estilo, forma poética, registros, sintaxe, emprego de fórmulas e fragmentos textuais fixos, organização e segmentação formal do texto, denominação e título.

Como exemplo, pode-se citar o romance. Além de ser um gênero, ele também se consolidou socialmente como TD. Em outras palavras, a denominação “romance”, por si, remete a um texto específico, reconhecido pelos utentes. Nos dizeres de Barbosa (2012), encontra-se “na consciência dos membros de uma comunidade”. Ademais, o texto apresenta uma série de recorrências que permitem classificá-lo e identificá-lo como romance, entre elas: a estrutura, a organização, os recursos linguísticos etc.

O mesmo sucede com a gramática. No primeiro nível, ela é sempre situada num contexto histórico de produção e reflete o clima de opinião do momento em que se circunscreve. Além disso, é possível distinguir as instâncias a que se vincula, bem como sua finalidade pragmática. Já no segundo

nível, apresenta traços composicionais bem definidos – principalmente a estrutura e a nomenclatura – e dispõe de fragmentos textuais fixos, conteúdos, entre outros.

Apresentadas as linhas-mestras que orientam este trabalho, passa-se, na sequência, à discussão das possibilidades de intersecção entre as TDs e a HL, considerando o objetivo da presente pesquisa, mencionado anteriormente.

4. Tradições Discursivas e Historiografia Linguística: um diálogo possível

Segundo Andrade e Gomes (2017), as TDs podem ser abordadas em interface com diferentes perspectivas teóricas. As autoras citam, por exemplo, as pesquisas relacionadas à Análise Crítica do Discurso, à Sociolinguística (consideradas as variedades linguísticas), à Nova Retórica, entre outras. Neste estudo, propõe-se uma aproximação ainda pouco difundida entre as TDs e a HL, considerando os pontos de convergência existentes entre ambas, no que se refere às questões históricas. Embora cada uma delas compreenda, a seu modo, a questão da historicidade, são notáveis as suas possibilidades de diálogo.

Andrade e Gomes (2017) assinalam que as TDs devem ser consideradas na confluência entre os sistemas sociais e a língua, da qual advêm duas historicidades: a textual e a linguística. Sobre a historicidade dos textos, as autoras salientam a existência de modelos tradicionais, acionados em diferentes situações comunicativas e que “repetem, total ou parcialmente, uma finalidade, uma forma e/ou um conteúdo” (ANDRADE; GOMES, 2017, p. 25).

Quando se lida com textos de conteúdo metalinguístico – como é o caso das gramáticas –, é necessário considerar também a historicidade do próprio conhecimento linguístico. A HL pode contribuir nesse sentido, pois permite situar historicamente tal conhecimento no período a que se liga e com o qual mantém ligações indissociáveis. Em outras palavras, a HL possibilita a resignificação de documentos – sobretudo de caráter metalinguístico – em seu contexto de produção e circulação. E aqui ocorre uma aproximação com o primeiro nível designado por Jacob (2011), que considera o contexto como essencial à constituição de uma TD. Assim, não basta apenas situar uma gramática no momento em que ela é produzida; é preciso também reconstruir o conhecimento linguístico nela presente.

Outro ponto a ser destacado é a repetição aludida por Andrade e Gomes (2017). No que tange à gramática tradicional, a recorrência de formas, de nomenclatura, de definições, bem como de outros aspectos é visível e não se dá de modo aleatório. Essas repetições – com maior ou menor variação – conferem aos manuais de gramática uma identidade, que, por sua vez, lhes garante uma função social.

Deve-se ponderar que, embora a gramática tradicional tenha mantido certo padrão, ela não permaneceu imutável ao longo dos séculos, como já dito anteriormente. Dentro de seus limites e limitações, essa TD se atualizou e se adaptou conforme a língua gramatizada, o contexto de circulação e produção, bem como a filiação teórica do autor. Nos dizeres de Barbosa (2012, p. 598), “[...]”

estabelecida uma dada continuidade ao ponto de criar uma dada TD, ela própria, por ser autônoma, pode sofrer mudanças independentes das mudanças linguísticas [...]”. E aqui se faz uma ressalva: por se tratar de uma TD de cunho metalinguístico, as mudanças linguísticas influenciam algumas atualizações da gramática.

Mais especificamente, as mudanças de perspectiva teórica e de nomenclatura, o acúmulo de saberes ao longo dos séculos e as particularidades de cada língua fazem com que os manuais de gramática apresentem diferenças. E para entendê-las, mais uma vez, é necessário recorrer à HL, a fim de mensurar as razões pelas quais ocorreram rupturas e continuidades tanto na estrutura dessas obras, quanto nos conceitos e nas concepções linguísticas nelas presentes.

Estabelecidas as aproximações entre a TD e a HL, passa-se à análise do *corpus* selecionado. No próximo tópico, aborda-se a gramática tradicional em sua origem, ligada aos filósofos alexandrinos.

5. A *Téchne grammatiké* de Dionísio, o Trácio: a gramática *εν το γεννάσθαι*¹²

Antes de tratar da obra de Dionísio, é necessário fazer algumas considerações preliminares, uma vez que a gramática grega não é o ponto de partida do pensamento helênico sobre a linguagem¹³. Pelo contrário, ela é o resultado de uma série de reflexões empreendidas principalmente a partir do século V a.C.¹⁴, quando os filósofos passaram a se debruçar sobre a origem e o funcionamento da linguagem.

Considerando os limites do presente artigo, não seria possível detalhar todos esses estudos. Diante disso, focalizam-se apenas algumas das contribuições de Platão, Aristóteles e dos estoicos, consideradas seminais para que, séculos mais tarde, a gramática surgisse como uma forma de sistematização dos fatos da língua grega.

Grande parte das contribuições de Platão encontra-se no *Crátilo*. O foco desse diálogo recai sobre a denominação, em que se sustentam duas visões: a primeira considera que o processo se dá de modo natural (ligado à *phýsis*); a segunda defende que a justeza dos nomes se dá de modo convencional (ligada ao *nómos*). Na verdade, trata-se de um reflexo do “problema da essência do homem,

¹² Leia-se “*en to guenásthe*”. Expressão grega que significa “em seu nascimento”.

¹³ Aqui tem início o princípio da contextualização postulado por Koerner (1996), em que se reconstrói o clima de opinião da obra analisada. Faz-se também uma retrospectiva, a fim de mensurar as principais linhas que orientaram o pensamento helênico na produção da gramática tradicional.

¹⁴ Neste trabalho, escolheu-se por delimitar o século V, seguindo o critério de Mattos e Silva (1989). Vale ressaltar que, a partir dessa época, a linguagem passa a fazer parte das reflexões dos filósofos, embora discretamente, como se observa em Heráclito, Parmênides e Demócrito (Cf. NEVES, 2005 [1987]). Entretanto, é na centúria posterior que essas discussões vão se intensificar, principalmente com Platão e Aristóteles, cujas contribuições são apresentadas neste trabalho.

sua relação com a natureza. A natureza (*phýsis*) e o que homem faz (*nómos*) não são entidades absolutas, configurações fixas e estanques” (NEVES, 2005 [1987], p.49).

Ainda no Crátilo, essa discussão desemboca na análise das etimologias, outro ponto considerável do pensamento de Platão. De acordo com Neves (2005 [1987], p. 55), “na base das etimologias, está o mobilismo, e, por isso mesmo, não é nas etimologias que convém fixar-se quem busca as essências. Por trás dos nomes que se examinam há outros nomes que se transformaram, e é neles que se vai buscar a justeza da denominação”.

O filósofo também promove a distinção entre substantivo e verbo, elementos considerados essenciais à formação das proposições. No *Sofista*, distinguem-se “o dizer (*légein*) e o denominar (*onomázein*), e a verdade não é buscada no nome, mas na atribuição de um verbo a um nome” (NEVES, 2005 [1987], p. 59). Essa diferenciação abre caminho para o entendimento da linguagem como representação do pensamento (MATTOS E SILVA, 1989, p. 16).

Em Aristóteles, as reflexões linguísticas se relacionam, em grande medida, à busca pela *ousía* – entendida como *realidade* –, presente em todas as suas investigações. Segundo Neves (2005 [1987], p.65), a linguagem “é a expressão de tudo o que é, e Aristóteles a estuda onde quer que apareça, pois é só por meio de seu exame que a ‘realidade’ pode ser examinada”. Um exemplo encontra-se na obra *Política*, em que compara o ser humano aos outros animais. O filósofo conclui que ambos têm *phoné* (voz), mas somente homem é dotado do *énarthros lógos* (fala articulada/discurso) e, por essa razão, pode verbalizar e identificar sentimentos e valores; e é isso que o torna um animal político.

Outra contribuição é o acréscimo das conjunções às duas classes anteriormente definidas por Platão. Ademais, o estagirita elabora um conceito de proposição e distingue uma série de categorias, divididas em dez gêneros: “a substância; ou quanto; ou qual; ou em relação a quê; ou onde; ou quando; ou estar em posição; ou estar em estado; ou fazer; ou sofrer [...]” (NEVES, 2005 [1987], p. 75).

Como se vê, o pensamento grego vinha se organizando no sentido de estabelecer aquilo que, no futuro, seriam as classes de palavras. Basta, por exemplo, observar a primeira categoria, denominada “substância”, da qual se origina o substantivo; ou então, as categorias intituladas “onde” ou “quando”, que certamente precedem a classe dos advérbios.

Com relação aos estoicos, destaca-se a questão da anomalia e da analogia. De acordo com Neves (2005 [1987], p. 103), eles entendem que “à regularidade universal deve corresponder uma regularidade linguística. Os desvios e as irregularidades são tidos por anomalias”. Nota-se, portanto, uma retomada da dicotomia *phýsis/nómos*, encontrada em Platão.

No entanto, a discussão se amplifica no sentido de que, agora, não está em voga simplesmente a relação entre palavra/coisa – ou seja, a denominação. O que importa é verificar regularidades nessa relação. Nas palavras de Mattos e Silva (1989, p. 17, grifos da autora), os estoicos buscavam “não só discutir o problema filosófico da origem da linguagem, mas também das *regularidades na língua*, ou, na metalinguagem da época, da *analogia*”. E é baseada nessa analogia que surge a gramática tradicional.

O contexto histórico que envolve o seu advento remonta à Grécia helenística, período em que houve, segundo Durando (2005, p.144), “difusão, absorção e reelaboração da língua, da religião, dos modelos políticos, do vestir, da cultura e da arte gregos em todas as regiões alcançadas pelo

expansionismo macedônico”. Das palavras do autor, destaca-se a menção à língua, cuja reelaboração está intrinsecamente ligada ao surgimento da *téchne grammatiké*.

Naquele momento, a preocupação estava na preservação e na difusão da cultura grega, resultado de séculos de intensa atividade intelectual. Nos dizeres de Neves (2005 [1987], p. 111), a “necessidade de manter e cultivar o que seriam as características helênicas – em oposição às bárbaras – dá importância primordial à educação. O que o espírito helênico criou é agora zelosamente cultivado: pesquisa-se e ensina-se”.

A grande questão está no modo como essa preservação e essa reelaboração se materializam na gramática. Considerado o lapso temporal que separa a *téchne* das obras de prestígio, sobretudo as de Homero, é necessário esclarecer que a língua do período helenístico distava consideravelmente daquela registrada nos textos dos antigos poetas e prosadores. Entretanto, essa foi a variedade eleita modelar, vista como menos corrompida, menos contaminada pelos barbarismos.

Além disso, merece destaque o fato de a gramática surgir como uma espécie de manual para a exegese desses textos antigos, considerados exemplares. Sobre isso, Neves (2005 [1987], p. 112) afirma:

Particularmente importante é a explicação dos textos dos poetas (exégesis), em especial a exegese homérica. Tendo-se tomado consciência de uma discrepância entre os padrões do grego clássico e a linguagem corrente, contaminada de barbarismos, põem-se em exame os autores cuja linguagem autenticamente grega oferece os padrões ideais que devem ser preservados. Essa necessidade especial de divulgação do helenismo impulsiona o desenvolvimento dos conhecimentos literários e linguísticos; buscam-se os textos verdadeiros, não corrompidos, especialmente os de Homero, e levantam-se os fatos que caracterizam essa língua considerada modelo.

Aqui se delineiam as linhas-mestras da gramática tradicional, que, na qualidade de TD, foi-se consolidando ao longo dos séculos, como se tenciona mostrar no presente estudo. Grosso modo, elas podem ser assim resumidas: a escolha de uma variedade tida como modelar, advinda do uso de autores prestigiosos; a visão equivocada acerca da variação e da mudança linguística, tidas como corrupção (Cf. MATTOS E SILVA, 1989); a preocupação com a língua escrita – embora este último aspecto tenha se modificado ao longo do tempo, conforme já dito.

Com relação à autoria da obra, inúmeras são as dúvidas que ainda pairam sobre o gramático, tal como acontece com Homero, cuja existência é até hoje contestada por diversos pesquisadores. Segundo Chapanski (2003),

Muito provavelmente o texto da TG. [*téchne grammatiké*] do modo como é conhecido hoje não foi escrito pela personagem histórica Dionísio Trácio. O manual atribuído a DT [Dionísio, o Trácio] é sem dúvida, tanto quanto qualquer outro texto antigo transmitido em condições semelhantes às da T [*téchne*], é um construto histórico, de alterações que se somam. Isso é fato, porém a intensidade das possíveis ligações desse texto com um Dionísio Trácio, ou mesmo com a sua época (II-I a.C.) é uma questão intensamente discutida desde tempos bizantinos.

De todo modo, neste estudo, parte-se da premissa tradicional de que a gramática tenha sido mesmo escrita na Grécia helenística, por Dionísio, o Trácio, cujo epíteto advém de sua ascendência paterna. A propósito, as esparsas e pouco elucidativas informações acerca do gramático informam

que ele provavelmente teria nascido em Alexandria, onde estudou e foi discípulo de Aristarco (Cf. NEVES, 2005 [1987]; CHAPANSKI, 2003).

Uma vez situada espaço-temporalmente a obra em questão, passa-se à análise das categorias elencadas, a saber: o conceito de gramática; a estrutura e a terminologia. Com relação à primeira, na *téchne*, a gramática é definida da seguinte maneira¹⁵:

A gramática é o conhecimento empírico daqueles comumente chamados poetas e prosadores. Divide-se em seis partes: a primeira é a leitura desenvolvida, conforme a prosódia; a segunda é exegese sobretudo dos tropos poéticos existentes; a terceira é a fácil restituição das palavras e das narrativas; a quarta é descoberta da etimologia; a quinta é a analogia exata; a sexta é a crítica dos poemas, a melhor de todas as partes da arte¹⁶ (DIONÍSIO, O TRÁCIO, 2003, p. 30, tradução nossa).

Note-se que, no fragmento anterior, opta-se por traduzir *téchne* por arte, tal como o fizeram os romanos. Acerca desse conceito, vale a explicação de Fávero (2008, p. 6), reproduzida a seguir:

[...] Aristóteles, na Metafísica atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo; artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelo efeito, não pelas causas. Dionísio chamou sua obra de arte gramatical, por não ser ela especulativa, mas prática.

Isso se pode observar claramente na definição que Dionísio dá acerca do termo: a gramática é o “conhecimento empírico” dos poetas e prosadores. Partindo dessa premissa, ela se ordena no sentido de promover, em grande medida, uma crítica textual desses autores. Para tanto, sistematiza-se o conhecimento acumulado até aquele momento, que, como se viu, já caminhava rumo a uma categorização, iniciada por Platão e aprimorada por Aristóteles.

Com relação à estrutura, na própria definição, ficam claras as suas seis partes: a leitura conforme a prosódia; a exegese dos tropos poéticos; a restituição de palavras e narrativas; a etimologia; a analogia; e a crítica dos poetas. Com base nisso, o texto se organiza em 20 entradas, quais sejam:

1. Da gramática; 2. Da leitura; 3. Do acento; 4. Da pontuação; 5. Da rapsódia; 6. Dos elementos seriados; 7. Da sílaba; 8. Da sílaba longa; 9. Da sílaba breve; 10. Da sílaba comum; 11. Da palavra. Princípio das oito partes do discurso: 12. Do substantivo; 13. Do verbo; 14. Da conjugação; 15. Do participio; 16. Do artigo; 17. Do pronome; 18. Da preposição; 19. Do advérbio; 20. Da conjunção (Cf. DIONÍSIO O TRÁCIO, 2003, tradução nossa)¹⁷.

¹⁵ Aqui se aplica o princípio da imanência, analisando a obra no contexto de sua produção, tal como preconiza Koerner (1996, 2014). Em comparação com os postulados de Swiggers (2012), procede-se a uma análise argumentativa e a uma síntese histórico-comparativa.

¹⁶ No original: “Η Γραμματική είναι η γνώση αυτών που επί το πλείστον λέγονται από τους ποιητές και τους συγγραφείς. Υπάρχουν έξι μέρη αυτής: πρώτον, συνήθης ανάγνωση κατά προσωδία ἑ δεύτερον, εξήγηση κατά τα εκφραστικά μέσα που υπάρχουν κυρίως στους ποιητές ἑ τρίτον συνήθης απόδοση των λέξεων και των διηγήσεων ἑ τέταρτον, εύρεση της ετυμολογίας ἑ πέμπτον, ακριβής αναλογία ἑ έκτον, κρίση για τα έμμετρα κείμενα, πράγμα που είναι το καλύτερο απ’ όλα όσα υπάρχουν στην τέχνη”.

¹⁷ No original: 1. Περί Γραμματικής ἑ 2. Περί Αναγνώσεως ἑ 3. Περί Τόνου ἑ 4. Περί Στιγμής ἑ 5. Περί Ραψωδίας ἑ 6. Περί Στοιχείου ἑ 7. Περί Συλλαβής ἑ 8. Περί Μακράς Συλλαβής ἑ 9. Περί Βραχείας Συλλαβής ἑ 10. Περί Κοινής Συλλαβής ἑ 11. Περί Λέξεως. Αρχή των οκτώ μέρων του

Neste trabalho, não se tenciona promover aproximações entre a gramática grega e as gramáticas que circulam atualmente. Entretanto, não se pode deixar de mencionar a continuidade de grande parte dos termos cunhados pelo gramático em sua *téchne*. Esse aspecto já é um forte indício da continuidade do modelo gramatical, o que permite inseri-lo no âmbito das TDs, considerando a sua recorrência ao longo dos séculos – embora se modifique em determinados momentos, conforme o contexto em que circula e, no caso da gramática, a língua que pretende normatizar, por exemplo.

Ainda no âmbito da nomenclatura, ressalta-se o modo como Dionísio apresenta os conceitos em sua gramática. Para tanto, observe-se o fragmento a seguir, que versa sobre os “elementos seriados”¹⁸:

São vinte e quatro as letras, do α (álfa) ao ω (ômega). Chamam-se letras, uma vez que são registradas por meio de traços e fricção. Para os antigos, a grafia equivalia à fricção, tal como se menciona também em Homero: “Νύν δε μ' επιγραφας αρσον ποδος έχρει αλωσ” [...]

Existem sete vogais: α, ε, η, ι, ο, υ, ω; chamam-se vogais, pois exprimem, por si mesmas, um som¹⁹ (DIONÍSIO, O TRÁCIO, 2003, p. 31, tradução nossa).

O modo como o gramático apresenta o conteúdo, por meio de definições, é uma informação de relevo, que será retomada na próxima análise, em que se verifica uma continuidade dos “modos de dizer”, própria das TDs. Outro aspecto que merece destaque é a presença de uma abonação com base no cânone literário – no fragmento, menciona-se Homero para explicar a equivalência entre os termos traço e fricção. Ambos os recursos, definição e abonação, são outra característica marcante da gramática tradicional.

Antes do exame do segundo documento, é necessário justificar a escolha de uma gramática não latina, tendo em vista as relações entre o português e o latim. Com base no escopo deste trabalho – apresentar reflexões a fim de situar temporalmente a gramática tradicional como uma tradição discursiva, considerando justamente a sua consolidação ao longo dos séculos –, chegou-se à conclusão de que ele seria melhor contemplado por meio da análise da obra que inaugura a tradição gramatical no Ocidente.

Ademais, outra razão pela qual se optou pela obra do gramático grego pode ser lida em Dimitriadis (2003, [s/p], tradução nossa):

Dionísio, o Trácio (século II a.C.), estudou todas as teorias e todos os pontos de vista de seus antecessores e compôs a “*Téchne Grammatiké*”. Este foi um feito importante para a história das línguas e para

λόγου. 12. Περί Ονόματος 13. Περί Ρήματος 14. Περί Συζυγίας 15. Περί Μετοχής 16. Περί Άρθρου 17. Περί Αντωνυμίας 18. Περί Προθέσεως 19. Περί Επιρρήματος 20. Περί Σύνδεσμου.

¹⁸ Aqui o gramático se propõe especificamente a apresentar as letras do alfabeto. Contudo, o título da seção traz a palavra *στοιχείον*, que significa literalmente “elemento”. Embora trate das letras (*γράμματα*), o gramático diz que elas devem ser chamadas de elementos (*στοιχεία*), uma vez que seguem uma linha ordenada e têm uma posição.

¹⁹ No original: “Τα γράμματα είναι εικοσιτέσσερα από το α (άλφα) έως το ω (ω-μέγα). Λέγονται δε γράμματα επειδή καταχωρούνται με γραμμές και ξύσιμο. Το γράψιμο ήταν το ξύσιμο στους παλαιούς, όπως μνημονεύεται και στον Όμηρο Νύν δε μ' επιγραφας αρσον ποδος έχρει αλωσ [...]. Υπάρχουν εφτά φωνήεντα: α, ε, η, ι, ο, υ, ω 1 λέγονται δε φωνήεντα επειδή εκφέρουν μόνα τους έναν ήχο”.

a história da Grécia, relativo à contribuição dos gregos para a formação de uma consciência linguística e nacional entre os povos do Ocidente. Por mais de mil anos, essa Gramática foi o único trabalho no qual se basearam os povos ocidentais a fim de sistematizar suas línguas. Não por acaso, autores estrangeiros hoje reconhecem que foi, sem dúvidas, graças ao trabalho de Dionísio que se configuraram as Gramáticas das línguas hoje consideradas 'globais' e que dominam os povos ao redor do mundo²⁰.

Isso posto, passa-se à análise da gramática portuguesa *in statu nascendi*, aqui representada pela obra do polígrafo João de Barros. Concebida no século XVI da era cristã, ela representa a consolidação, em solo lusitano, da gramática tradicional oriunda da Grécia helenística.

6. A *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros: a arte *in statu nascendi*

Cronologicamente, a obra que inaugura a gramatização do português é a *Grammatica da lingua portuguesa*, escrita por Fernão de Oliveira e publicada em 1536. Quatro anos mais tarde, ou seja, em 1540, vem a lume a *Grammatica da lingua portuguesa*, escrita por João de Barros. A escolha desta última deve-se ao fato de ela apresentar, segundo Buescu (1978), uma codificação mais rigorosa e exata que a de seu antecessor²¹.

Inicialmente, é preciso esclarecer que a gramática portuguesa não representa a síntese do pensamento lusitano sobre a linguagem; na verdade, ela figura como o início da reflexão metalinguística sobre a língua portuguesa. Prova disso é que, somente a partir de 1536, passaram a circular textos de caráter metalinguístico, entre eles os diálogos e os manuais ortográficos²².

²⁰ No original: "Ο Διονύσιος ο Θράξ (2^{ος} αιών. π. Χ.) μελέτησε όλες τις θεωρίες και τις απόψεις των προγενεστερών του και συνέγραψε την "Τέχνη Γραμματική". Αυτό είναι πόνημα σημαντικό για την Ιστορία των Γλώσσων, για την Ιστορία της Ελλάδος, για την συμβολή των Ελλήνων στην διαμόρφωση γλωσσικής και εθνικής συνειδήσεως στους λαούς του Δυτικού κόσμου. Για πάνω από χίλια χρόνια η Γραμματική αυτή ήταν το μόνο έργο στο οποίο στηρίχθηκαν οι λαοί της Δύσεως για να οργανώσουν συστηματικά τις γλώσσες τους. Δεν είναι τυχαίο ότι συγγράματα ξένων μελετητών αναγνωρίζουν σήμερα χωρίς αμφιβολία ότι χάρις εις το έργο του Διονυσίου σχηματίσθηκαν οι Γραμματικές των γλωσσών αυτών που θεωρούνται σήμερα "παγκόσμιες" και κυριαρχούν στους λαούς του κόσμου".

²¹ Nesta etapa, parte-se do princípio da contextualização de Koerner (1996, 2014), a fim de caracterizar o clima de opinião que propiciou o surgimento da gramática portuguesa.

²² Passerini (2019) divide essas obras em: gramáticas, como as de Fernão de Oliveira e a de João de Barros; diálogos, como o *Diálogo em louvor de nossa linguagem*, de João de Barros, e o *Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua* (1574), de Pero de Magalhães de Gândavo e manuais de ortografia, como as *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia portuguesa* (1574), também de Gândavo, e a *Orthographia da lingua portuguesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão (1576). Ressalte que, segundo Buescu (1984), no século XVI, ou seja, antes mesmo do surgimento da gramática, já havia as cartinhas – livros de catecismo nos quais também se ensinavam as primeiras letras. Entretanto, guardadas as devidas proporções, elas não apresentam reflexões tão aprofundadas sobre a língua como as obras em questão. A mais conhecida é a *Cartinha com os mandamentos da santa madre igreja*, de autoria de João de Barros, publicada em 1539, isto é, depois da gramática de Fernão de Oliveira e pouco tempo antes da *Grammatica da lingua portuguesa*.

Nas primeiras décadas do século XVI, Portugal vivia o ápice das grandes navegações, que fizeram do inexpressivo reino de antanho um dos maiores impérios da Idade Moderna. A colonização, nessa época, já tinha assumido feições mais missionárias, em substituição ao antigo espírito cruzadista presente nos primórdios da dominação portuguesa (LABOURDETTE, 2003). Esse é um fator que passa questões linguísticas, já que, para catequizar o gentio, era necessário, *a priori*, ensinar a língua do colonizador.

Do ponto de vista cultural, houve um amadurecimento nas reflexões iniciadas na centúria anterior. O afluxo de estudantes à Itália permitiu o contato com os ideais renascentistas. Contudo, o movimento não alcançou a plenitude em Portugal, em virtude das restrições impostas pela Igreja, cujo prestígio não se viu abalado pelas ideias antropocêntricas em voga na época (SCOTT, 2018 [2010]).

A educação passou por mudanças consideráveis. O clima de renovação se refletiu na reforma dos antigos colégios e na criação de novos, principalmente internatos, destinados à elite. No ensino superior, as reformulações foram tão profundas que a antiga Universidade de Lisboa, considerada obsoleta à época, deixou de existir, dando início à era de prestígio da Universidade de Coimbra.

A circulação do conhecimento se viu beneficiada pela invenção da tipografia, que chegou a Portugal em meados do Quatrocentos. Segundo Marques (2003), aproximadamente mil títulos foram impressos na primeira metade do século XVI. Esse fator também foi preponderante no surgimento da gramática, uma vez que o vernáculo passou a ser utilizado em traduções de obras.

Como se vê, inúmeros fatores contribuíram para o surgimento da gramática em Portugal. Nesse contexto, ela é o resultado das necessidades que se foram apresentando, no momento em que se delineava uma política educacional com vista à formação de eruditos. Urgia, portanto, a necessidade de sistematização do vernáculo, que passou a ser utilizado em documentos, em obras traduzidas do latim etc. (PASSERINI, 2019).

A atmosfera de retorno ao passado greco-romano também influenciou a constituição da gramática portuguesa, sobretudo no que se refere à formação da identidade linguística lusitana. A origem do idioma é sempre referenciada como latina, expressa por meio da afirmação de consanguinidade entre as línguas latina e portuguesa. Inclusive, João de Barros é o primeiro a utilizar uma metáfora 'geneticista' de filiação do português. Como bem assinala Bagno (2012), essa atitude era uma forma de conferir origem nobre à língua portuguesa. Mais do que isso, era a prova de que ela seguira o mesmo rumo de seu progenitor, tornando-se igualmente imperial. Tal qual o latim, o português alcançou lugares até então impensáveis ou, em termos camonianos, os "mares nunca d'antes navegados".

Outra questão deve ser levantada, no que se refere ao advento da gramática portuguesa: a regularização da língua tinha também interesses políticos. Diz-se isso porque, embora o vernáculo tivesse ganhado algum destaque entre as obras publicadas, o latim nunca deixou de ser a língua de erudição. E ao lado dele estava o castelhano, língua utilizada por inúmeros autores portugueses, como Gil Vicente.

Essa preferência pelo castelhano passou a incomodar os intelectuais da época, pois representava um contrassenso. Não fazia sentido que um reino das dimensões de Portugal mantivesse, como língua de erudição, a do reino vizinho, com o qual as relações sempre foram marcadas por conflitos.

Por isso, a gramática também representou uma tentativa de coibir essa penetração do castelhano, reafirmando a identidade linguística do povo português.

Aqui se retoma o pensamento de Dimitriadis (2003), no sentido de que a *téchne* teria contribuído para conferir identidade linguística aos povos do Ocidente. Embora a gramática portuguesa tenha se fundamentado no latim, esse primeiro movimento deu-se no mundo helenístico e, não aleatoriamente, numa época em que os gregos também sistematizavam os seus ideais de educação e de difusão dos saberes, entre eles a língua.

Se a gramática latina bebeu diretamente da fonte grega, é natural que muito dela se encontre nas gramáticas das línguas românicas, como o português. Por essa razão, neste trabalho, a gramática tradicional é vista como uma TD, já que se configura como uma “[...] norma abstrata textual que advém da linguagem escrita em uso real, mas encerrada em determinados lugares da cultura escrita de cada sociedade” (BARBOSA, 2012, p. 593).

Desse modo, quando, em Portugal, foi necessário sistematizar a língua, a gramática tradicional, iniciada pelo menos 17 séculos antes, foi o modelo escolhido. Até porque ela já se encontrava consolidada entre os falantes do latim e, posteriormente, das línguas dele originadas. Em outras palavras, já havia uma consciência coletiva acerca do papel da gramática e de sua função social.

A menção feita por Barbosa à “linguagem escrita em uso real” poderia ser um entrave na tentativa de situar a gramática tradicional no âmbito das TDs, uma vez que ela “cria” um padrão considerado adequado. Para elucidar essa questão, recorre-se ao próprio autor, que diz:

[...] existem TDs quando a modelagem textual se opera numa relação de materialização de abstrações textuais mais amplas, que vão desde valores da cultura escrita em articulação com modalidades culturais diversas [...] até o caso de materializarem nos textos opções gráficas mais ou menos próximas da abstração escrita *erudita/correta*, um dos legados latinos no Ocidente (BARBOSA, 2012, p. 592).

No caso da gramática tradicional, ela surge com o propósito de sistematizar os fatos da língua grega e, nesse intuito, acaba por fundamentar os princípios daquilo que seria a escrita erudita, com base nos textos de autores consagrados. No contexto português, essa TD chega por meio da gramática latina, mostrando a sua perpetuação nos planos estrutural, lexical e discursivo, já que a prescrição se mantém ao longo do texto.

Passando ao exame propriamente dito da gramática de João de Barros, deve-se mencionar, de início, que ela fazia parte de um projeto pedagógico de seu autor. Sobre este último, sabe-se que foi um polígrafo de grande erudição, cuja obra reflete seus diferentes interesses de pesquisa. Dentre suas muitas ocupações, foi historiador, poeta, romancista, moralista e também pedagogo (BUESCU, 1969).

Aliás, essa faceta interessa mais que a de gramático propriamente dita, já que a gramática de João de Barros, como já dito, integra um plano educacional que começava na *Cartinha com os mandamentos da santa madre igreja*, passava pela *Grammatica* propriamente dita e chegava aos diálogos que a sucedem. A esse conjunto de obras de caráter linguístico-didático, Passerini (2019b) deu o nome de ‘triade linguística barrosiana’.

²³Tal como na *téchne*, Barros começa por definir gramática. Em suas palavras²⁴,

GRAMÁTICA é vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E segundo a definição que lhe deram os gramáticos, é um modo certo e justo de falar e escrever, colhido do uso e autoridade dos barões doutos. Nós podemos chamá-la de artifício de palavras, postas em seus lugares naturais para que, diante delas, assim na fala como na escrita, conheçamos as intenções alheias [...] ²⁵(BARROS, 1540, Aii ²⁶)

Nessa definição, alguns aspectos revelam modificações na TD. Em primeiro lugar, a língua modelar registrada é colhida dos “barões doutos”, diferentemente da gramática grega, fundamentada na escrita literária, sobretudo nos textos de Homero. Em segundo lugar, Barros alude à fala, algo que também não constava da gramática de Dionísio, o Trácio. Contudo, o aspecto valorativo que perpassava o pensamento gramatical helênico permanece: a gramática é modo “certo e justo” de falar e escrever. Em outras palavras, o discurso normativo mantém-se e apresenta-se de modo até mais explícito que na *téchne*.

Outro ponto a ser destacado é a menção aos “lugares naturais” em que se colocam as palavras. Considerando as origens do pensamento gramatical grego, é possível constatar que a TD, do ponto de vista conceptual, continua a conceber a língua em categorias, uma influência platônica e aristotélica, como já dito anteriormente. Inclusive, mais adiante, o próprio Barros define quais seriam essas categorias e mostra as partes que compõem a sua gramática:

Assim, podemos daqui entender que a nossa linguagem é composta destas partes: Artigo, que nome próprio dos Gregos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Advérbio, Particípio, Conjunção, Preposição e Interjeição, que têm os latinos, os quais dividem sua Gramática em quatro partes: em ortografia, trata-se das letras; em prosódia, trata-se das sílabas; em etimologia, trata-se de palavras; e em sintaxe, que corresponde à construção, em imitação dos quais (por termos as suas partes), dividimos a nossa Gramática [...] usando os termos da Gramática latina, cujos filhos nós somos, por não degenerar dela ²⁷ (BARROS, 1540, Aiii^v).

²³ Aqui se aplica o princípio da imanência, em que se analisa a obra considerando o contexto de sua produção. Fazem-se também a análise argumentativa e a síntese histórico-compartiva, nos dizeres de Swiggers (2012).

²⁴ Neste trabalho, optou-se por fazer uma transcrição mais modernizada dos textos de João de Barros.

²⁵ “GRAMMATICA, E uocábulo Grego: quer dizer, ciência de letras. E segundo a difinçám que lhe os Grãmaticos derã: e hũ módo çerto e iusto de falar, & efcrever, colheito do ufo, e autoridáde dos barões doutos. Nós podemos chamar de artefício de paláuras, póftas e seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, affy na fála como na efcritura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas”.

²⁶ Os símbolos ^r (reto) e ^v (verso) referem-se, respectivamente, à parte da frente e de trás do fólio.

²⁷ “Affy que podemos da quy entêder, fer a nojfa linguagem cõpõsta deftas nóue pártes: Artigo, que e próprio dos Grægos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Aduérbio, Particípio, Cõiunçam, Prepojiçam, Interieçam, que tem os Latinos. Os quaes pártem a sua Grammatica em quártos partes, e Ortografia, que tráta de letera, em Profodia, que tráta de syllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cõftruçã, á imitaçã dos quáes, (por termos as suas partes), diuidimos a nójfa Grãmatica [...] ufando dos termos da Grãmatica latina, cuios filhos nós fomos, por nam degenerar della”.

Com relação à estrutura da gramática, Barros a define de modo mais claro que Dionísio, o Trácio, informando as seguintes partes: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe. Grosso modo, pode-se afirmar que as três primeiras são também contempladas na *téchne*. Com relação à quarta, que corresponde à sintaxe, ela só viria a ser estudada mais especificamente em Apolônio Díscolo (Cf. NEVES, 2005 [1987]; MATTOS E SILVA, 1989).

Acerca da nomenclatura, nota-se que João de Barros utiliza praticamente os mesmos termos encontrados na gramática grega, exceto a interjeição, não contemplada na *téchne*. O gramático português justifica sua escolha ressaltando a ligação consanguínea entre as gramáticas portuguesa e latina “cujos filhos somos nós, por não degenerar dela”.

A constante menção ao modelo latino é de grande valia para compreender a gramática tradicional no âmbito das TDs. Como já se disse, embora se tenha escolhido uma gramática grega, o fato de a gramática portuguesa partir do edifício teórico latino não minimiza a permanência do elemento helênico. Pelo contrário, as semelhanças apontadas confirmam não só a perpetuação dessa TD, como também a sua capacidade de se adaptar a novos contextos, sem, contudo, perder as características que lhe conferem um *status quo*.

Ainda no campo da nomenclatura, vale a pena registrar o modo como João de Barros apresenta os conceitos evocados em sua gramática. Para tanto, selecionou-se um excerto em que o autor trata das letras:

Como vimos no princípio, serve-se a nossa linguagem destas letras e a sua ortografia: á, a, b, c, ç, d, e, e, f, g, h, i, i, y, l, m, n, ó, o, p, q, R, r, j, s, t, V, u, x, z – ch, lh, nh; que são em figura trinta e três, e em poder vinte e seis [...]

Estas vinte e seis letras se dividem em vogais e consoantes; as vogais são á, a, e, e, i, o, ó, u. Chamam-se essas letras vogais porque cada uma por si, sem ajuntamento de outra, faz perfeita voz²⁸ (BARROS, 1540, eviii^f).

Comparada ao excerto de Dionísio, o Trácio, é nítida a semelhança discursiva entre ambos os textos. Tal como o gramático grego, o português faz uma apresentação das letras, enumerando-as e dividindo-as em vogais e consoantes. E ao classificar as primeiras, vale-se de um conceito bem próximo do encontrado em Dionísio, em que se menciona a capacidade de elas “por si” fazerem voz, sem a necessidade de se juntar com outras. O diferencial entre os dois excertos é a presença da abonação feita por Dionísio, que cita um verso homérico. Na obra de João de Barros, esse recurso não se verifica com trechos literários, embora o autor apresente exemplos de frases em outras partes, tais como a que se refere às chamadas Figuras.

²⁸ “Como vimos no princípio, serve-se a nossa linguagem destas letras e a sua ortografia: á a b c ç d e f g h i i y l m n ó o p q R r j s t V u x z – ch, lh, nh: que são em figura trinta e três, e em poder vinte e seis [...]. Estas vinte e seis letras se dividem em vogais e consoantes: as vogais são á a e e i o ó u. Chamam-se estas letras vogais, porque cada uma por si sem ajuntamento de outra faz perfeita voz”.

7. Conclusão

Na análise aqui empreendida, observou-se que as continuidades entre a gramática de Dionísio, o Trácio, e a de João de Barros superam as discontinuidades: seja na definição do termo gramática, seja na divisão das partes ou na nomenclatura. Esse é um indício de que, já no século XVI, a gramática tradicional figurava como tradição discursiva, uma vez que serviu de modelo aos portugueses, no momento em que urgia a necessidade de sistematizar sua língua, devido a uma série de fatores.

Quanto às discontinuidades, também observadas nas três categorias, todas elas encontram guarida no contexto em que esses textos circularam. Dito de outro modo, é preciso considerar o lapso temporal de mais de 17 séculos que os separa, além do fato de terem, como foco, línguas diferentes. Nesse sentido, como bem afirmam Andrade e Gomes (2018, p. 31), há um entrelaçamento entre aspectos linguísticos e socioculturais, e isso faz com que haja épocas mais ou menos conservadoras, no que tange à introdução e à reelaboração de tradições discursivas.

Ainda assim, vale destacar que, conforme as categorias selecionadas, as inovações se apresentaram em menor quantidade, considerado o fato de que a gramática portuguesa não se originou da grega, mas sim da latina. Por essa razão, optou-se por não analisar uma gramática latina, justamente para mostrar a permanência dos traços constitutivos primordiais, o que permite fazer uma aproximação entre a gramática tradicional e a tradição discursiva, partindo dos pressupostos teóricos apresentados.

Este trabalho é o primeiro de uma série de outros estudos a serem publicados com o intuito de reconstruir, sob uma perspectiva historiográfica, o processo de consolidação da gramática tradicional como tradição discursiva ao longo dos séculos. Com isso, pretende-se também aproximar a Historiografia Linguística e as Tradições Discursivas, a fim de promover diálogos profícuos entre ambas as vertentes, uma vez que cada uma delas parte, a seu modo, de princípios históricos que não se repelem; pelo contrário, se complementam.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. História, estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. In: BATISTA, R. O. (org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.

ANDRADE, M. L. C. V. O.; GOMES, V. S. Tradições discursivas: reflexões conceituais. In: ANDRADE, M. L. C. V. O.; GOMES, V. S. (orgs.). *Tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, 2018.

ARISTÓTELES. Πολιτικά. I-II. Μτφρ. Β. Μοσκόβης. Αθήνα: Νομική Βιβλιοθήκη, 1989.

BAGNO, M. Do galego ao brasileiro: história da nossa língua. In.: BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.

BARBOSA, A. Tradições discursivas e tratamento de *corpora* históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012.

BARROS, J. de *Gramática da lingua portuguesa*. Lisboa: Olyssipone, 1540.

BUESCU, M. L. C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

BUESCU, M. L. C. *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI*. 1.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

BUESCU, M. L. C. *João de Barros: textos pedagógicos e gramaticais*. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

CAVALIERE, R. A gramática científica. In: *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.

CHAPANSKI, G. *Uma tradução da Tékhne Grammatiké*, de Dionísio Trácio, para o português. Dissertação (Mestrado em Letras), Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

DIMITRIADIS, N. Σημείωμα του μεταφραστή. In: DIONÍSIO, O TRÁCIO. *Γραμματική Τέχνη*. Μτφρ. Ν. Δημητριάδης. Αθήνα: Ελληνική Γλωσσική Κληρονομία, 2003.

DIONÍSIO, O TRÁCIO. *Γραμματική Τέχνη*. Μτφρ. Ν. Δημητριάδης. Αθήνα: Ελληνική Γλωσσική Κληρονομία, 2003.

DURANDO, F. *A Grécia Antiga*. Trad. Carlos Nougé. Barcelona: Folio, 2005.

FÁVERO, L. L. *A política Linguística na América Latina Colonial e as Línguas Gerais*. Apresentação de Trabalho na Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Universidade Católica de São Paulo, 2008.

HUE, S. M. Introdução. In BARROS, J. de; GÂNDAVO, P. M. de. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

JACOB, D. Mujeres, vasallos, y perífrasis verbales discurso ideológico, estructura textual y gramática en El poema de Mío Cid. In: TOVAR, J. J. B.; CANO-AGUILAR, R.; PAREDES, E. M. G.; SERENA, A. L. (orgs.). *Sintaxis y análisis del discurso hablado en español: homenaje a Antonio Narbona*. Vol II. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2011.

KABATEK, J. Sobre a historicidade de textos. Trad. José da Silva Simões. *Linha D'Água*, n.17, p.157-170, 2005.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012.

KABATEK, J. Tradición e innovación: La lingüística moderna desde Saussure hasta el siglo XXI. *Anadiss*, n.2, v. 20, p. 15-32, 2015.

KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* em español. In: KABATEK, J. (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 2008.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística (Tradução de Cristina Altman). In: *Revista da ANPOLL*, n. 2, p.45-70, 1996.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística (Tradução de Cristina Altman, com revisão de Teresa Moura). In: KOERNER, K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes, 2014.

- LABOURDETTE, J-F. *História de Portugal*. 1.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2017 [2015].
- MANIATOGLU, M. P. F. *Dicionário grego-português/português-grego*. Porto: Porto Editora, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2014 [2008].
- MARKANTONATOS, G.; MOSHOLOPOULOS, Th.; HORAFAS, E. *Μικρό λεξικό της Αρχαίας Ελληνικής*. 5.εκ. Αθήνα: Gutenberg, 1996.
- MARQUES, A. H. R. O. *Breve história de Portugal*. 5.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- MARTELOTTA, M. E. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de Linguística*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013 [2008].
- MATTOS E SILVA, R.V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005 [1987].
- PASSERINI, T. Z. *Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima? O lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- POSSENTI, S. *Questões de linguagem: passeio gramatical dirigido*. São Paulo: Parábola, 2014 [2011].
- SCOTT, A. S. *Os portugueses*. São Paulo: Contexto, 2018 [2010].
- SWIGGERS, P. *Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas*. In: BATISTA, R. O. (org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.
- SWIGGERS, P. *Linguistic Historiography: object, methodology, modelization*. In: ALTMAN, C.; BATISTA, R. O. *Dossiê Historiografia Linguística. Revista Todas as Letras*, São Paulo, n.1, v.14, 2012.
- VIEIRA, F. E. *Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino*. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (orgs.). *História das línguas, histórias da linguística: em homenagem a Carlos Alberto Faraco*. São Paulo: Parábola, 2020.